

COMISSÃO DE SAÚDE
XVI LEGISLATURA - 1.ª Sessão Legislativa

Assunto:

Audição no âmbito da **Petição n.º 256/XV/2.ª**- «**Reposição da comparticipação das vacinas antialérgicas em Portugal**», realizada no dia 9 de maio de 2024

Estiveram presentes:

A Deputada Susana Correia (PS), relatora da Petição e os Deputados Isabel Fernandes (PSD), Sandra Pereira (PSD), Irene Costa (PS), João Paulo Correia (PS), Fátima Correia Pinto (PS), Felicidade Vital (CH), Rui Cristina (CH), Sandra Ribeiro (CH), Armando Grave (CH), Sónia Monteiro (CH) e Paula Santos (PCP).

Os peticionários estiveram representados pela Dra. Ana Morête, Presidente da Sociedade Portuguesa de Alergologia e Imunologia Clínica (SPAIC) e pelo Dr. João Gaspar Marques, Vice-Presidente da SPAIC.

Sumário das questões abordadas:

A Deputada Susana Correia (PS) cumprimentou os peticionários, agradecendo a sua disponibilidade, dando de seguida a palavra ao Dr. João Gaspar Marques para fazer uma intervenção inicial.

O Dr. João Gaspar Marques começou por agradecer em nome da SPAIC e por referir que a petição ora apresentada era uma reiteração da importância da causa que defendem e da necessidade de recomparticipação.

De seguida fez uma breve exposição sobre imunoterapia e vacinas para alergias, os seus benefícios, bem como sobre a importância clínica e farmacoeconómica. Sublinhou que as vacinas são fundamentais no tratamento de alergias, proporcionando uma vida mais normal ao tolerar alérgenos. Referiu que as vacinas podem ser administradas subcutaneamente ou sublingualmente e são indicadas para diversas condições alérgicas, incluindo rinite, asma e reações graves a picadas de insetos.

Em relação aos benefícios, deu nota que incluem uma melhoria na qualidade de vida, a redução da necessidade de medicação e a prevenção de novas sensibilizações. Frizou que o efeito é rápido e que perdura após o tratamento, geralmente dura de 3 a 5 anos.

Realçou, também, que a escolha adequada dos alérgenos é crucial para o sucesso da terapia e que a imunoterapia tem uma base científica robusta e é utilizada há mais de 100 anos, demonstrando sua eficácia.

No que concerne aos benefícios farmacoeconômicos, referiu que superam os custos, como evidenciado em estudos, inclusivamente em Portugal. Esclareceu que, após a comparticipação das vacinas ter sido revogada em 2011, a SPAIC fez esforços para sua reintrodução, incluindo esta petição com quase 12 mil assinaturas.

Realçou que os custos estimados por paciente por ano variam entre 220 e 400 euros, com cerca de 30 mil tratamentos vendidos em Portugal no último ano e que, apesar de não ser um custo significativo para o sistema de saúde, faz uma grande diferença para os pacientes.

Concluiu destacando a eficácia da imunoterapia e pedindo apoio para melhorar a vida dos pacientes alérgicos.

A **Deputada Irene Costa (PS)** agradeceu à SPAIC pelo contributo fundamental para o conhecimento da patologia e dos benefícios do tratamento e reconheceu o trabalho desta sociedade em prol do desenvolvimento científico e defesa dos interesses dos doentes, especialmente os relacionados com a petição em discussão. Destacou a importância da discussão da petição e o impacto significativo na vida das pessoas afetadas, ressaltando que estas são também preocupações do Partido Socialista.

A Deputada deu nota que a doença em foco é inflamatória crônica, com consequências na qualidade de vida e custos diretos e indiretos, incluindo consultas, episódios de urgência, internamentos, medicação, fatores psicológicos, absentismo e impacto na produtividade laboral e escolar, e, em alguns casos, com risco de vida.

Salientou que as vacinas são o único tratamento específico que evita a progressão da doença, reduzindo a necessidade de medicação crônica e, em certos casos, até podendo levar à cura. A Deputada referiu que a não-comparticipação dessas vacinas acaba por ser uma fonte de desigualdade, não apenas para aqueles que não dispõem de recursos financeiros, mas também devido à questão dos subsistemas, como a ADSE, o que agrava ainda mais essa desigualdade.

Em seguida, destacou a importância de considerar os níveis de ponderação técnico-científica e custo-efetividade, além do fator custo-oportunidade, que cabe ao poder político decidir. Questionou sobre os resultados dos contatos com ACSS, DGS e

IFARMED, especialmente em relação à deliberação n.º 873/2013, de abril de 2013, que poderia ter impacto na comparticipação das vacinas. Questionou, ainda, os peticionários sobre o possível impacto das alterações climáticas, como aquecimento global e tempestades de areia, nas doenças alérgicas, e se esses fatores foram considerados nas discussões com as instituições mencionadas.

Finalmente, reiterou o apoio do GPPS às pretensões dos peticionários.

A **Deputada Sónia Monteiro (CH)** começou por cumprimentar os presentes e agradecer aos peticionários. De seguida, questionou os peticionários sobre a existência de estudos recentes em Portugal que sustentem a eficácia e a relação custo-benefício da imunoterapia específica com alergénicos, que reforçarem a argumentação para a sua comparticipação.

A Deputada solicitou esclarecimentos sobre o impacto da falta de comparticipação na saúde pública desde 2011, em termos de incidência e gravidade das doenças alérgicas, e exemplos concretos de políticas de comparticipação adotadas em outros países e seus benefícios e como elas têm beneficiado os doentes e os sistemas de saúde nesses contextos.

A Deputada questionou, ainda, os peticionários sobre o consenso entre os profissionais de saúde, em particular os imunoalergologistas, sobre a urgência e a importância da reposição da comparticipação desses tratamentos em Portugal.

Por fim, solicitou informação sobre estudos ou análises que comparem os custos a longo prazo para o sistema de saúde, com ou sem a participação, da imunoterapia específica com alergénicos.

A **Deputada Paula Santos (PCP)** começou por agradecer a iniciativa de dinamizar a petição e trazer a discussão deste tema à Assembleia da República, destacando sua pertinência. A Deputada expressou que o PCP é sensível aos impactos positivos das vacinas antialérgicas na saúde e na qualidade de vida dos pacientes com alergias, especialmente considerando a eliminação de apoios durante o período da Troika, cujos impactos foram agora observados.

A Deputada questionou os peticionários sobre a partilha de dados mais desenvolvidos sobre avaliação farmacoeconómica favorável às vacinas antialérgicas, para reforçar a

evidência apresentada, solicitando que esses dados fossem partilhados com a Comissão de Saúde.

De seguida perguntou sobre o modelo de comparticipação mais adequado para a reposição do apoio, questionando se o apoio era comparticipado diretamente ou por reembolso, e qual seria o modelo mais eficaz. A Deputada sublinhou a possibilidade de dificuldades para os doentes sem capacidade financeira se tiverem de aguardar pelo reembolso, e solicitou a opinião dos petiçãoários, considerando experiências de outros países.

Por fim, frisou que o objetivo final era garantir o acesso dos pacientes aos cuidados de saúde necessários para uma melhor qualidade de vida.

A **Deputada Sandra Pereira (PSD)** começou por saudar a Dra. Ana Morete e os mais de 11 mil subscritores da petição, assim como a SPAIC, por trazerem este assunto ao Parlamento. Destacou a importância da discussão do tema, dada a significativa incidência e prevalência das doenças alérgicas em Portugal, registrando-se um aumento constante. Deu nota da preocupação da presidente da SPAIC quanto ao impacto na vida dos doentes, evidenciando-se a importância da vacinação para prevenir o agravamento da doença, especialmente em casos graves.

A Deputada lamentou o fim dos apoios em 2011 devido à situação financeira do país, expressando solidariedade com as dificuldades enfrentadas. Destacou o custo da vacina, aproximadamente 400 euros, e questionou os petiçãoários sobre a estimativa do número de pessoas a serem vacinadas e quais os custos esperados para o Estado português, considerando-se os benefícios potenciais e os gastos associados à medida. Por fim, agradeceu a presença da delegação.

O Dr. João Gaspar Marques agradeceu as questões e comentários e começou por se referir às diligências técnicas realizadas junto do Infarmed para o registo das vacinas, explicando que estas ainda não estão registadas devido à necessidade de um procedimento técnico específico devido à natureza das vacinas, que são específicas para diferentes populações.

Em relação às alterações climáticas, enfatizou o impacto negativo desses fenómenos nas doenças alérgicas, mencionando a experiência recente com poeiras mediáticas como exemplo.

Sobre avaliação farmacoeconômica, aludiu a estudos, como um realizado em Portugal, que comprovam a eficácia das vacinas no tratamento de alergias e deu nota que iria artilhar mais dados sobre avaliação farmacoeconômica com a Comissão de Saúde.

Quanto aos custos, estimou que o investimento anual para a vacinação seria de 6 a 8 milhões de euros, com uma poupança potencial significativa para o Estado. Além disso, discutiu modelos de comparticipação, referindo que tinha preferência por um sistema de reembolso através de farmácias em vez do modelo atual de pagamento direto ao laboratório.

Por fim, destacou a importância do investimento na saúde dos pacientes alérgicos, considerando que os benefícios diretos e indiretos superam os custos da imunoterapia.

Posto isto, a Deputada Relatora agradeceu as informações prestadas, informou sobre os passos subsequentes e deu por encerrada a audição pelas 14:46.

A gravação vídeo desta audição poderá ser acedida neste [link](#).

A Assessora da Comissão,

Inês Mota